

Relatório Síntese

Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

2016


RELATÓRIO SÍNTESE
PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS 2016

Índice

1.	<u>SIGLAS, ACRÓNIMOS E DEFINIÇÕES</u>	3
2.	<u>DOCUMENTOS ASSOCIADOS</u>	3
3.	<u>ENQUADRAMENTO</u>	4
4.	<u>INTRODUÇÃO</u>	5
5.	<u>METODOLOGIA</u>	5
6.	<u>CONCLUSÕES</u>	6

Elaborado por:	Aprovado por:
Fátima Andrade	Conselho Administração AdA



	<h2>Relatório</h2>	Mod_GER.041	
		Rev_1	23/02/2017
		Página 3 de 6	
<p>RELATÓRIO SÍNTESE</p> <p>PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS 2016</p>			

I. SIGLAS, ACRÓNIMOS E DEFINIÇÕES


Siglas e acrónimos	Definição
AdA	Águas do Algarve, S.A.
CA	Conselho de Administração
CE	Comissão Executiva
CPC	Conselho de Prevenção da Corrupção
DL	Decreto-Lei
grupo AdP	grupo Águas de Portugal
PGRCIC	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

2. DOCUMENTOS ASSOCIADOS

- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Código de Conduta e Ética – Águas de Portugal;
- Questionário de avaliação do cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – 2016.

Elaborado por:	Aprovado por:
Fátima Andrade	Conselho Administração AdA



	Relatório	Mod_GER.041	
		Rev_1	23/02/2017
		Página 4 de 6	
RELATÓRIO SÍNTESE PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS 2016			

3. ENQUADRAMENTO

Em cumprimento da recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de julho de 2009, as empresas integradas no universo do grupo Águas de Portugal (grupo AdP), à qual pertence a Águas do Algarve, S.A. (AdA), procederam à elaboração dos planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas (PGRCC).


A recomendação supracitada, reforçada pelo previsto do n.º1 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, prevê a obrigatoriedade de elaboração de um relatório anual sobre o cumprimento do plano, tendo este como objetivo, aferir o seu grau de adequação e aplicabilidade à atividade normal da AdA acrescido das ocorrências identificadas, ou risco de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro:

“a) Recolher e organizar informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”;

Em conformidade com o definido no artigo n.º46 do DL n.º 133/2013 de 3 de outubro, o referido relatório deve ainda ser publicitado no sítio de Internet da empresa e da Unidade Técnica, o que deverá ocorrer até 31 de março de 2017.

Elaborado por:	Aprovado por:
Fátima Andrade	Conselho Administração AdA



	<h2>Relatório</h2>	Mod_GER.041	
		Rev_1	23/02/2017
		Página 5 de 6	
<p>RELATÓRIO SÍNTESE</p> <p>PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS 2016</p>			

4. INTRODUÇÃO

A Comissão Executiva (CE) da AdA, aprovou em 27/12/2011 a revisão do PGRIC e a manutenção da sua aplicação na empresa. Em 14/01/2014 a Comissão Executiva (CE) da AdA aprovou os complementos ao plano-recomendação emanada pelo CPC de 7 de novembro de 2012.

Com o objetivo de monitorizar a sua execução a AdA, procedeu à sua avaliação através do questionário sobre o cumprimento do PGRIC, relativo ao período 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

O presente relatório síntese, aprovado pelo Conselho de Administração (CA) 2/2017 em 23/02/2017, sumaria o enquadramento e metodologia referente à análise efetuada sobre a execução do PGRIC, e as situações identificadas resultantes de ocorrências enquadráveis na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro e do não cumprimento do Código de Conduta e Ética do grupo AdP, subscrito pela AdA na Comissão Executiva (CE) de 05/05/2010.

5. METODOLOGIA


A metodologia utilizada contemplou um conjunto de atividades de monitorização e controlo no decorrer do ano em análise.

O questionário de avaliação do PGRIC, teve como objetivo aferir genericamente o cumprimento da componente processual e dos princípios de ética na empresa, com maior detalhe nas seguintes áreas:

- Contratação de empreitadas;
- Aquisição de bens e serviços;
- Concessão de benefícios públicos (subsídios, patrocínios e donativos).

Elaborado por:	Aprovado por:
Fátima Andrade	Conselho Administração AdA



	Relatório	Mod_GER.041	
		Rev_1	23/02/2017
		Página 6 de 6	
RELATÓRIO SÍNTESE PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS 2016			

6. CONCLUSÕES

As conclusões apresentadas decorrem da sistematização das situações identificadas pela AdA ao longo ano 2016.

Em 2016, não foram identificados indícios ou apresentadas reclamações contra qualquer administrador ou colaborador da AdA, relativas a atos de corrupção ou infrações conexas.

Resultante de uma análise interna que visou aferir o grau de cumprimento e aderência do plano à atividade da AdA, a par da identificação de situações efetivas ou potenciadoras de atos de corrupção e infrações conexas, consideramos que o PGRCIC foi globalmente cumprido.

Elaborado por:	Aprovado por:
Fátima Andrade	Conselho Administração AdA

